

DITO E FEITO



Associação dos Magistrados da Paraíba

RELATÓRIO DE GESTÕES
2004-2006 / 2006-2008



ÍNDICE

Mensagem do Presidente	4
Composição das chapas	6
Apresentação	8
Ações políticas e mobilizações	9
Democratização do Judiciário	13
Em defesa dos direitos	16
Valorização da carreira	16
Cursos e eventos	18
Responsabilidade social	22
Patrimônio	24
Eventos	27
Departamento de esporte	29
Comemoração do jubileu	30
Comunicação	31
Prestígio	33
Novos convênios	34
Balanço contábil	34
Expediente	52

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Colegas,

É chegada a hora de prestar contas do nosso mandato a frente da AMPB. Momento em que se faz necessária uma pausa para reflexão sobre nossos compromissos assumidos, nossas conquistas e perspectivas.

Desde a posse da chapa "Magistratura Independente" até hoje, o Judiciário Paraibano foi palco de mudanças significativas e nós magistrados, por meio de nossa associação de classe, podemos nos orgulhar de sermos artífices dessa transformação.

Não precisamos mais nos preocupar com a acintosa dependência financeira que grassava o Tribunal de Justiça da Paraíba até o ano de 2004. Foi graças à mobilização intensa da magistratura que conseguimos gerar o ambiente político e jurídico necessários ao convencimento da sociedade e dos responsáveis pelo gerenciamento do orçamento com vistas a efetivar a regra constitucional do repasse do duodécimo. A partir da independência financeira passamos a gerir o orçamento do Judiciário sem depender de autorização do Poder Executivo para efetivar qualquer tipo de despesa. O reflexo positivo e imediato dessa conquista se revelou no recebimento da nossa remuneração sem atrasos. Agora podemos buscar, com tranquilidade, a ampliação dos serviços judiciais, a contratação de novos servidores e juizes, a informatização dos procedimentos judiciais, o custeio das atividades forenses, o desenvolvimento de programas de qualidade, a realização de cursos de aperfeiçoamento e tantas outras ações que visam aprimorar a atividade judicial.

Essa vitória foi o primeiro passo para a adoção do sistema de subsídios em nosso Estado e todos nós sabemos o quanto foi difícil a realização desse anseio da maioria esmagadora dos magistrados. Os subsídios significaram a independência econômica do próprio juiz frente ao precário quadro de remuneração da magistratura paraibana, que à época tinha a menor remuneração da Federação. Foi em razão, mais uma vez, da capacidade de mobilização e união da nossa classe que, depois de muitas reuniões, assembleias, ofícios, projetos de lei, pressão legítima, trabalho com a mídia e busca de apoios dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, alcançamos uma remuneração condigna e equiparada à realidade nacional.

Todavia, a independência que tanto almejamos não chegará completamente sem a objetivação dos critérios de promoção e remoção por merecimento e neste particular lutamos incessantemente pela efetivação dessa regra constitucional. Fizemos inúmeras propostas ao Tribunal de Justiça, trouxemos, por duas vezes, o presidente da AMB a Paraíba para debater o assunto e elaboramos um anteprojeto de resolução para apresentar ao Tribunal a fim de consolidar uma proposta que torne realidade, de maneira definitiva, o comando constitucional.

Além disso, estamos acompanhando diuturnamente a publicação de editais, promovendo requerimentos e encaminhando pedido de providência ao Conselho Nacional de Justiça, tudo com o objetivo de garantir os princípios da impessoalidade e do merecimento objetivo nas promoções e remoções.

Além disso, na inatividade não perdemos a condição de juiz ou desembargador e por isso travamos uma batalha jurídica no âmbito estadual e federal, com o ajuizamento de mandado de segurança, junto ao Tribunal de Justiça da Paraíba para garantir a isonomia de tratamento entre o magistrado aposentado e o em exercício, assim como ingresso de ADIN no Supremo Tribunal Federal para restabelecer o direito de todos a receber seus subsídios pelo Poder Judiciário.

No plano interno, procuramos organizar melhor a administração da nossa entidade, com a reformulação do nosso Estatuto, enxugamento do quadro de pessoal, revitalização do Balneário da Praia de Areia Dourada, do site da AMPB e do nosso jornal mensal. Adotamos um modelo de gestão participativa e promovemos diversas reuniões nas Coordenadorias Regionais, além de assembléias para deliberações sobre os temas mais caros à magistratura. Revitalizamos a tradição das festas de natal e realizamos três encontros Estaduais de Magistrados com a presença de grandes nomes do cenário jurídico nacional.

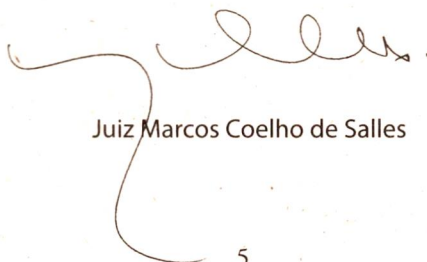
Lutamos, ainda, pelo pagamento dos precatórios em várias frentes: com ações judiciais, por meio de pressão política, apoiando o trabalho dos colegas diretamente envolvidos e sugerindo mudanças no projeto de lei que visa construir alternativas de pagamento, como por exemplo a compensação tributária.

No plano nacional, a AMPB tem participado ativamente dos debates, acompanhando e apoiando as ações da AMB por um Judiciário mais democrático internamente, na lisura das eleições, no combate ao nepotismo, no voto aberto e fundamentado para a promoção e remoção por merecimento, pelo fim do quinto constitucional, pela recuperação dos anuênios, combate ao aumento da aposentadoria compulsória, etc.

Essas foram as principais linhas de trabalho da nossa gestão junto a AMPB e que sentimos o dever de compartilhar com os colegas para a reflexão e sobretudo no intuito de prestar contas do nosso mandato, que recebemos dos magistrados paraibanos.

Evidente que precisamos avançar e há ainda muito a se fazer - a exemplo de eleições diretas para os cargos diretivos dos tribunais (presidente e vice) e fixação de mandato para os cargos de desembargador e ministro, mas estamos gratificados com os resultados até agora alcançados. Por isso, e com o intuito de dar continuidade as nossas lutas é que podemos afirmar: há um novo Judiciário nos horizontes do Brasil.

Obrigado!



Juiz Marcos Coelho de Salles

GESTÃO MAGISTRATURA INDEPENDENTE (BIÊNIO 2004/2006)

CONSELHO EXECUTIVO

**PRESIDENTE:**

Juiz Marcos Coelho de Salles

**1º SECRETÁRIO:**

Juiz Antônio Silveira Neto

**1º TESOUREIRO:**

Juiz Sivanildo Torres Ferreira

**VICE-PRESIDENTE:**

Juiz Romero Marcelo da F. Oliveira

**2º SECRETÁRIO:**

Juíza Leila Cristiani Correia de Freitas

**2º TESOUREIRO:**

Juiz João Batista Barbosa

CONSELHO DELIBERATIVO



Juiz Ruy Jander T. da Rocha



Juiz Brâncio B. Suassuna



Juiz Francisco Antunes Batista



Juíza Maria Coeli N. da Silva



Juiz Hermance Gomes Pereira



Juiz Alexandre Jorge G. Trineto



Juiz Euler Paulo de Moura Jansen



Juiz José B. de Andrade



Juiz Edivan Rodrigues Alexandre



Juiz Geraldo Paulino da Costa

CONSELHO FISCAL



Juiz José Bonifácio L. Lobo



Juiz Sérgio Moura Martins



Juiz Edhailton Medeiros Silva



Juiz Marcial Henrique F. da Cruz



Juíza Anna Maria S. H. L. Felinto



Juiz Alberto Quaresma

GESTÃO REAFIRMANDO A INDEPENDÊNCIA (BIÊNIO 2006/2008)

CONSELHO EXECUTIVO



PRESIDENTE:

Juiz Marcos Coelho de Salles



1º SECRETÁRIO:

Juiz Antônio Silveira Neto



1º TESOUREIRO:

Juiz Sivanildo Torres Ferreira



VICE-PRESIDENTE:

Juiz Romero Marcelo da F. Oliveira



2º SECRETÁRIO:

Juiz João Batista Barbosa



2º TESOUREIRO:

Juíza Leila Cristiani Correia de Freitas

CONSELHO DELIBERATIVO



Juiz José Bonifácio de Lima Lobo



Juiz Fábio José de Oliveira Araújo



Juiz Ramonilson Alves Gomes



Juiz Euler Paulo de Moura Jansen



Juiz Edivan Rodrigues Alexandre



Juíza Maria Coeli N. da Silva



Juiz Alexandre Jorge G. Trineto



Juiz Falkandre de S. Queiroz



Juíza Thana Michelle. C. Rodrigues



Juiz Geraldo Paulino da Costa

CONSELHO FISCAL



Juiz Manoel Maria A. de Melo



Juiz Edhailton Medeiros Silva



Juíza Anna Maria S. H. L. Felinto



Juíza Andréa A. Dantas



Juiz Marcial Henrique F. da Cruz



Juiz Alberto Quaresma

APRESENTAÇÃO

Nos últimos dois biênios, a magistratura paraibana pôde contar com uma atuação combativa e transparente da sua entidade representativa. Acreditando que o aprimoramento do Judiciário só é possível quando se oferece melhores condições de trabalho para o juiz, as chapas "Magistratura Independente" e "Reafirmando a Independência" agiram de maneira incondicional na defesa dos direitos dos associados da AMPB, em prol do bem coletivo.

A diretoria, eleita democraticamente duas vezes por seus colegas, apresenta nesta publicação o trabalho realizado entre agosto de 2004 e agosto de 2008, mostrando que os compromissos assumidos na carta proposta foram cumpridos. Nas páginas a seguir, comprove que o dito foi feito!

"Efetivamente eu convivi muito de perto com o colega Marcos Salles durante a minha gestão na presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, posso dar meu testemunho, por isso, do brilhante trabalho que ele realizou em defesa da magistratura paraibana. Na verdade ele foi mais além. Em virtude de seu preparo intelectual e sua firmeza de conduta, esse magistrado auxiliou de maneira decisiva a nossa gestão na AMB, participando com coragem e determinação de todas as lutas associativas, sempre pautando suas ações pela busca incessante do fortalecimento do Poder Judiciário", afirma o juiz catarinense Rodrigo Tolentino Collaço, que presidiu a AMB no biênio 2005/2007.

**DITO E
FEITO**



REPASSE DO DUODÉCIMO

Coerente com os temas das gestões “Magistratura Independente” e “Reafirmando a Independência”, um dos primeiros passos para a autonomia do Judiciário Paraibano foi a conquista do repasse do duodécimo. Após luta intensa dos magistrados, a partir de janeiro de 2005, o pagamento dos salários dos juízes e servidores passou a ser realizado dentro do próprio mês trabalhado e sem atrasos, com a confecção dos contracheques realizada pelo próprio Tribunal de Justiça.

Enquanto era gerenciado pelo Poder Executivo, o pagamento acontecia com atraso. O trabalho associativo começou a mudar essa realidade e, no dia 21 de janeiro de 2005, o governador Cássio Cunha Lima autorizou o repasse do duodécimo. Na época, a AMPB contou com a colaboração dos contadores Neuzomar de Sousa Silva e Elinaldo de Souza Barbosa, que fizeram uma verificação do repasse, calculando qual seria a média do valor.

O Juiz da Infância e Juventude de Campina Grande, Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, vice-presidente das gestões citadas, lembra do empenho da AMPB na questão. “A luta foi muito grande porque isso daria a única autonomia que faltava ao Poder Judiciário, uma vez que já existia independência administrativa e funcional”. Para o juiz Romero, isso representou a possibilidade de gerir os recursos, melhorando a própria administração, diminuindo a burocracia e a questão da autogestão para o funcionário e à magistratura deu uma regularidade no pagamento.

"Antes, era o Poder Executivo quem determinava a data do vencimento. Hoje, o pagamento dos salários é realizado imediatamente após o repasse, que ocorre todo dia 20".

O juiz pondera ainda que, durante a luta da AMPB, houve resistência por uma parte dos magistrados que entendia ser melhor se não houvesse o repasse. "Mesmo assim, a Associação não esmoreceu e hoje, até quem era contrário, aplaude o repasse do duodécimo. E não podemos esquecer também do empenho do TJ, junto a AMPB nesta luta", concluiu Romero Marcelo.

No dia 07 de abril de 2006, o governador Cássio Cunha Lima sancionou a Lei 7.975/2006, durante solenidade realizada na Granja do Governo do Estado. Acontecia, naquele momento, a "coroação" de uma luta árdua, travada pela Associação dos Magistrados da Paraíba, transformando a Paraíba num Estado da Federação de fato e de direito, ajustando-se à Constituição.

A fixação dos subsídios tornou o Poder Judiciário mais transparente, já que a sociedade pode ter a certeza de que a remuneração dos magistrados passou a ser mais justa.

SUBSÍDIOS



Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 7.975, DE 07 DE ABRIL DE 2006

Fixa subsídios de Magistrados do Poder Judiciário do Estado da Paraíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios dos Magistrados do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, na forma da Constituição Federal, são fixados nesta Lei.

Art. 2º O subsídio dos Membros da Magistratura do Estado da Paraíba são fixados no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Os subsídios fixados nesta Lei aplicam-se aos Magistrados aposentados e pensionistas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 07 de abril de 2006; 118ª da Proclamação da República.

Cássio Cunha Lima
Governador

ANEXO ÚNICO

Categoria	Valor do Subsídio (R\$)
Desembargador	22.111,25
Juiz de 3ª entrância	19.900,13
Juiz de 2ª entrância	17.910,12
Juiz de 1ª entrância	16.119,11
Juiz Substituto	14.507,20

Diário Oficial
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

Vale lembrar aqui a luta incessante da diretoria da AMPB, desde o início da gestão "Magistratura Independente" (agosto de 2004), mas que foi ficando mais árdua com o passar do tempo. "Apesar desta luta ter início em 2000, a partir de setembro de 2004, a AMPB passou a intensificar sua ação, através de reuniões, audiências e envio de ofícios ao presidente do Tribunal", relembra o juiz Marcos Salles, que ainda citou o trabalho associativo, através de reuniões com as Coordenadorias Regionais e Assembléias Extraordinárias. A entidade chegou, inclusive, a entrar com um Pedido de Providência junto ao CNJ, contando com o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), na pessoa do seu então presidente, o juiz Rodrigo Collaço.

RECONHECIMENTO

Marcos Salles, Rodrigo Collaço, João Moura e o CNJ cumpriram um importante papel na fixação dos subsídios, mas, não se pode deixar de reconhecer que, todos eles, trabalharam à sombra dos protagonistas desta história: a maioria dos magistrados da Paraíba, de 1º e 2º graus;

de 1ª, 2ª ou 3ª Entrâncias, ativos ou inativos que, num exemplo institucional, souberam valorizar a coletividade e, reconhecendo a força da união, foram à luta e cobraram seu direito de maneira honrada. "Parabenizo cada colega que reconheceu o momento crucial da nossa luta e compareceu às reuniões realizadas em nossa sede administrativa e à Assembléia Legislativa para acompanhar a aprovação do Projeto de Lei, dando a esta diretoria o total apoio para continuarmos firmes e fortes em busca da materialização do nosso principal propósito", comenta Salles.

Para o juiz Alexandre Targino Gomes Falcão, a aprovação da Lei dos Subsídios significou remuneração única e moralizadora, evitando distorções. "Trouxe moralização nos vencimentos dos magistrados, mas o mais importante foi o aspecto de dar transparência, já que qualquer cidadão pode ter acesso ao valor do salário dos juízes. Essa luta, muito bem travada, teve grande importância para a magistratura e para a sociedade", disse o juiz.

A SANÇÃO



"Um líder de classe exemplar, que defendeu sua bandeira e a luta de sua categoria, mostrando ética e honestidade", foi com estas palavras que o governador Cássio Cunha Lima definiu Marcos Salles durante a solenidade de sanção da Lei dos subsídios,

reconhecendo o papel fundamental e persistente deste juiz na busca da fixação dos subsídios no Estado da Paraíba. O presidente da Associação estendeu a vitória a toda a sociedade. "Todos nós ganhamos; mesmo aqueles que perderam em vencimentos. Afinal, nosso denominador comum é a sociedade a qual servimos e, essa sim, merece comemorar essa conquista, pois poderá contar com uma Justiça mais digna e independente".

AJUSTES

Com relação aos vencimentos dos magistrados, a diretoria se manteve ativa na luta pelo pagamento dos "anuênios" e ATS (Adicional por Tempo de Serviço), intensificando os esforços com a atuação da AMB, que também luta pela revisão dos subsídios da magistratura.

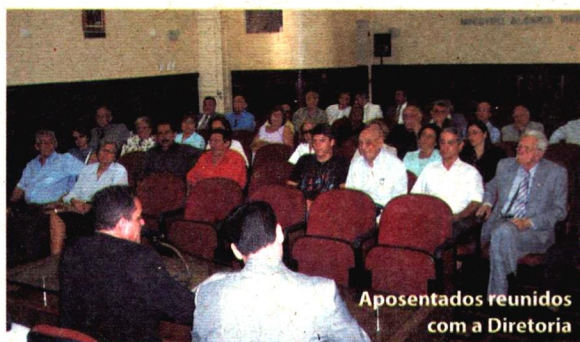
PRECATÓRIOS

Através de reuniões, assembléias da categoria e contatos com o Poder Executivo e presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, a AMPB reivindicou o pagamento de precatórios, que, segundo a diretoria, dependia apenas de "vontade política". A Paraíba era o único Estado da Federação que não efetuava pagamento de precatórios há mais de cinco anos. No ano de 2004, a AMPB, juntamente com a AMB, solicitou pedido de intervenção na Paraíba (nº 4677), ao Supremo Tribunal Federal (STF), demonstrando a luta infatigável da entidade em busca do direito da magistratura paraibana. O problema dos precatórios foi discutido amplamente no âmbito da AMPB que buscou, inclusive, parceria com outras entidades de classe, a exemplo da APMP (Associação Paraibana do Ministério Público), Clube dos

Oficiais da Polícia Militar do Estado da Paraíba (COPM) e do Sindfisco. As entidades reunidas solicitaram providência junto ao TCE (Tribunal de Contas), Tribunal de Justiça e Assembléia Legislativa do Estado.

Mesmo após ser retomado o pagamento, a AMPB manteve a categoria mobilizada, reivindicando a ampliação dos valores repassados pelo Executivo, efetivando e acelerando o pagamento dos credores.

PARTICIPAÇÃO ATIVA E PERMANENTE EM DEFESA DOS APOSENTADOS



Como uma forma de retribuir a quem, durante muitos anos, exerceu tão nobre função, uma das principais bandeiras de luta da AMPB foi a valorização dos direitos dos magistrados aposentados. Atualmente o pagamento destes magistrados acontece no 1º dia da tabela do Governo do Estado, graças ao entendimento que a diretoria da AMPB procurou junto aos Poderes Executivo e Judiciário.

O principal propósito agora é o retorno ao âmbito do Poder Judiciário, já que, desde 2004, o pagamento dos aposentados acontece através da PBPREV Órgão Previdenciário da Paraíba. "A AMPB nunca mediu esforços para desfazer o equívoco e banir esta medida discriminatória do governo estadual em relação aos inativos do Poder Judiciário paraibano", lembra Marcos Salles.

O assessor jurídico da Associação, o advogado Paulo Maia, explica que já existe o Mandado de Segurança nº 999.2005.000116-6/001, impetrado pela AMPB, em 2005. O MS, que foi aprovado por unanimidade no TJ-PB, julgou inconstitucionais os dispositivos legais que impuseram essa desvinculação, mas o Governo do Estado, através, da Procuradoria Geral do Estado, manifestou recurso extraordinário para o STF. Como um dos últimos atos, enquanto presidente daquela Corte, o ministro Nélson Jobim, concedeu uma medida liminar impedindo o cumprimento do Mandado de Segurança.

A ADIN / 3593 (Ação Direta de Inconstitucionalidade) foi ajuizada pela AMPB junto ao STF, a pedido da AMPB, no ano de 2005. O que prova o empenho da entidade para solucionar o impasse.

Para o advogado, as expectativas são as melhores possíveis quanto ao processo da PBPREV. Fala isso, baseado nos bons resultados que a Assessoria Jurídica vem conseguindo. "Todas as intervenções jurídicas da AMPB foram vitoriosas, ou seja, sempre houve ganho de causa".

DEMOCRATIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO



Atuando de maneira incansável na busca da efetivação dos direitos da magistratura estadual, a AMPB procurou manter o diálogo com o TJ-PB, levando ao conhecimento dos desembargadores

que presidiram aquela Corte, os anseios da categoria que representa.

Durante o período de 2004 a 2008 todos os presidentes do TJ-PB, ao assumirem o cargo, recebiam comitiva da AMPB. Através de ofícios, a diretoria apresentava sugestões para solucionar as principais reivindicações dos juízes.

“Todas essas sugestões refletem os anseios dos nossos associados, colhidos em diálogos, encontros, reuniões e assembléias. Portanto, as proposituras não são apenas da Associação, mas dos juízes paraibanos que depositaram as esperanças de melhores dias para o Poder Judiciário”, disse Marcos Salles.

“O trabalho do colega Salles foi importante por revelar ao Brasil o amadurecimento da luta associativa paraibana, além de servir de incentivo para que dirigentes associativos de outros Estados se engajassem na defesa de um Poder Judiciário respeitado e independente” afirma o juiz Rodrigo Collaço (presidente da AMB no biênio 2005/2007). “A colaboração da AMPB sempre se pautou pela defesa dos melhores valores éticos da magistratura e contribui para manter e aprofundar o grau de consciência de cada juiz acerca de seu relevante papel na sociedade atual”, revela o catarinense.

COORDENADORIAS REGIONAIS

Nas duas últimas gestões houve um grande avanço nos trabalhos das Coordenadorias Regionais, que tem como objetivo descentralizar a atuação da AMPB, atendendo de forma mais ampla os interesses dos magistrados de todo o Estado, do sertão ao litoral.

Existem cinco Coordenadorias: Litoral, Borborema, Sertão, Alto Sertão e Brejo. O juiz Gustavo Pessoa Tavares de Lyra é o coordenador regional do Brejo. Para ele, a idéia de se criar as Coordenadorias teve o intuito de apoiar os magistrados de toda Paraíba, que, muitas vezes, ficavam isolados no seu interior, sem que o problema, que envolve sua comarca, chegasse à capital.



REUNIÕES COM COORDENADORIAS REGIONAIS

“A partir das Coordenadorias isso não ocorre mais. Há uma total integração, facilitando os trâmites dos pleitos de cada região junto à diretoria da AMPB”.

Para o juiz Bruno César Azevedo Isidro, diretor do Fórum de Guarabira, a criação das Coordenadorias Regionais é importante porque descentraliza a ação da instituição, facilitando o acesso dos juízes de todas as comarcas. “O único canal da AMPB era a Capital e agora há vários focos de atuação em todo Estado. Com isso, ganha a magistratura já que há uma maior representatividade, em razão de uma maior participação e, com isso, o movimento associativo fica mais forte”.

O juiz Ramonilson Alves Gomes, coordenador regional do Alto Sertão, explica que a Coordenadoria significa um braço da Associação no Sertão, que serve de ponte de apoio para eventos, comunicados, dificuldades e problemas, funcionando ainda para instrumentalizar pedidos da região. “É uma espécie de “mini-associação”, sem perder o norte de unidade, da associação como um todo”.

O espírito de unidade foi fortalecido através das reuniões de Coordenadorias. O presidente Marcos Salles, durante suas duas gestões, promoveu reuniões nas Coordenadorias e fez questão de participar de todas elas. Durante esses encontros sempre estiveram em pauta as reivindicações pertinentes à cada região, como também assuntos gerais, a exemplo de subsídios, precatórios, objetivação do merecimento, sugestões para a reforma da LOJE, entre outros.

Composição das coordenadorias regionais:

**Coordenadoria Regional do Sertão
(Patos e comarcas vizinhas):**

Coordenadora: juíza Anna M^a do Socorro H. L. Felinto

Vice-coordenadora: juíza Joscilde Ferreira de Lira

**Coordenadoria Regional do Alto Sertão
(Sousa e comarcas vizinhas):**

Coordenador: juiz Ramonilson Alves Gomes
Vice-coordenador: juiz José Normando Fernandes

**Coordenadoria Regional do Brejo
(Guarabira e comarcas vizinhas):**

Coordenador: juiz Gustavo Pessoa Tavares de Lyra
Vice-coordenador: juiz Max Nunes de França

**Coordenadoria Regional da Borborema
(Campina Grande e comarcas vizinhas):**

Coordenador: juiz Manoel Maria Antunes de Melo
Vice-coordenador: juiz Cláudio Pinto Lopes

**Coordenadoria Regional do Litoral
(João Pessoa e comarcas vizinhas):**

Coordenador: juiz Josivaldo Félix de Oliveira
Vice-coordenador: juiz Sérgio Moura Martins

ASSEMBLÉIAS



Simbologia de uma combativa entidade de classe; as assembleias realizadas durante as gestões de Salles trataram dos principais assuntos da magistratura, coletando opiniões da maioria para dar encaminhamentos aos pleitos da categoria

A juíza aposentada Maria Coeli Nobre da Silva é associada desde 1978, mas lembra que só veio participar de assembleias nestas gestões, que, segundo ela, primaram pela democracia.

“É um momento de interação, já que é o único espaço de reivindicação de forma coletiva, institucional e legítimo para lutar por nossos direitos”.

Na opinião da juíza, as duas últimas gestões têm primado pelo direito coletivo. “As reivindicações da classe ganharam força e fôlego”, diz ela, lembrando que isso foi essencial para os êxitos obtidos.

REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO

Um dos temas em pauta nas assembleias foi a reformulação do Estatuto, que ocorreu durante a gestão “Magistratura Independente”. Dentre as mudanças realizadas na redação do documento, contribuição do associado e pecúlio foram as questões mais debatidas.

No que diz respeito à “mensalidade”, houve unanimidade na votação para que a contribuição passasse a ser 1,5% do vencimento básico de um juiz substituto. A partir de então, a Associação pôde, efetivamente, investir no patrimônio: sede própria, quadro de servidores próprios, veículo, revitalização da sede de lazer, otimização nos serviços da Assessoria Jurídica, realização de cursos e promoção de eventos para a magistratura, aprimoramento do plano de saúde, etc.

“O associado pode ter a certeza que a contribuição dele tem um retorno garantido, afinal o patrimônio da nossa entidade vem sendo ampliado constantemente e, com isso, cumprindo o objetivo de oferecer serviços de qualidade à classe”, diz Marcos Salles.

Quanto ao “Pecúlio”, depois das discussões, ficou acordado que o magistrado automaticamente ao associar-se está no pecúlio, tendo este o prazo de três meses para desvincular-se. Após a implantação dos subsídios, o valor do desconto é referente ao de meio-dia de trabalho de um juiz substituto.

EM DEFESA DOS DIREITOS

Em setembro de 2004, a AMPB contratou o renomado advogado Paulo Maia de Vasconcelos para compor a Assessoria Jurídica, juntamente com o Escritório de Advocacia Tavares e Teixeira, da cidade do Recife-PE. “A atual gestão tem a maior preocupação em dar toda cobertura, em qualquer juízo ou Tribunal, a todos os magistrados associados, sem qualquer distinção da posição de cada um”, afirma Paulo Maia. Ele lembra que a única exigência que há é que a causa seja por fato relativo à profissão.

VALORIZAÇÃO DA CARREIRA

CONSOLIDAÇÃO DA OBJETIVIDADE NO MERECIMENTO



Sem dúvida alguma, uma das maiores lutas nas duas gestões pró-independência, foi a “objetividade no merecimento”. O tema, para o presidente, inicialmente, passa por uma questão cultural. “No passado, as promoções aconteciam através de valores subjetivos. Às vezes, pelo simples fato da amizade, de relações pessoais, um determinado juiz tinha prioridade sobre os demais”, explica Salles.

Com a Constituição de 1988, a subjetividade começou a ser substituída pela objetividade. “Há três critérios objetivos de promoção de magistrados: primeiro, a produtividade, ou seja, um número que justifique o magistrado se enquadrar entre os melhores. Mas, não são somente números, daí a importância do segundo critério: a presteza.

Um elemento desses reforça o outro. A presteza é a qualidade do tempo e do número e, em terceiro, a formação intelectual. Só se presume bom quem tem uma qualificação intelectual aprimorada”, defende o juiz.

Ele lembra ainda de um detalhe importante para o exercício de qualquer profissão: a independência. “A primeira qualidade de um juiz é a independência em relação a todos os valores do mundo, só devendo obediência à Constituição. Um magistrado independente pode até nem ser intelectualmente tão evoluído, mas essa característica mostra o caminho da razão, do ser justo como essência. Por isso, a AMPB se apega muito a essa questão da promoção por merecimento com critérios objetivos, para que não seja forma de apadrinhamento, ou por grau de consangüinidade, ou por relações pessoais, razões políticas ideológicas ou partidárias. Acabar com o subjetivismo no âmbito Judiciário: esse é o caminho”.

Marcos Salles analisa as vitórias durante suas gestões. “Conseguimos superar o voto secreto e, por conta disso, criei um raio de arestas muito grande. Na minha vida profissional perdi amigos por reafirmar uma posição da categoria que exigia da AMPB a luta pela independência na magistratura. Hoje vemos o voto aberto, fundamentado e com uma proibição de parente votar em parente, seguindo determinação do CNJ, expressada na Resolução nº 06/2005”.

O próximo passo já foi dado. “Estamos buscando junto ao TJ-PB o enquadramento nesses valores constitucionais, de fundamentar pela produtividade, presteza e formação intelectual. Neste momento, as escolhas ainda estão muito subjetivadas.

A gente quer fazer o Tribunal perceber que a magistratura não está satisfeita com o atual processo de promoção, que isso só leva ao compadrio, a formação de grupos que fere, frontalmente, a independência”.

Mesmo saindo da presidência em agosto de 2008, Marcos Salles espera que o seu sucessor leve a luta adiante. “Eu sou apenas um elemento que, neste momento, tem a responsabilidade de dirigir”. Falou ainda do que a sociedade ganha com tudo isso. “O principal é a independência. É saber que sua causa está sendo julgada por um ser humano justo e independente porque a pior coisa do mundo é um cidadão ser julgado por um juiz que considera parcial. Ainda tem mais: num julgamento um ganha e o outro perde, então, quem ganha, aplaude, elogia, já quem perde, critica. Mas se aquela pessoa souber que a postura do Judiciário é de independência, pode até perder a causa, mas sabe que o direito dela foi analisado por um ser humano independente. Por isso a AMPB luta para o Judiciário paraibano se desvencilhar desse subjetivismo e se enquadrar dentro dos valores profissionais que é a promoção objetiva”, conclui.

ASSESSOR DE JUIZ



No dia 20 de maio de 2008 foi sancionada a Lei nº 8.539, que cria 100 cargos em comissão de assessores de juízes da 1ª Instância, para dar maior celeridade, ajudar os juízes e incrementar melhores condições de trabalho para os magistrados.

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 8.539, DE 20 DE MAIO DE 2008

Diário Oficial

Cria cargos em comissão na estrutura Administrativa do Poder Judiciário e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, na estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, no quantitativo e com os vencimentos estabelecidos no Anexo Único desta Lei, o Cargo em Comissão de Assessor de Gabinete de Juízo do Primeiro Grau, Símbolo PJ-SFJ-300, com as seguintes atribuições:

I – minutar sentenças, decisões e despachos;

II – realizar estudos e pesquisas; elaborar pareceres e informações de auxílio ao desempenho da atividade judicante, determinados pelo juiz da unidade judiciária a que estiver subordinado.

Art. 2º Resolução do Tribunal Pleno, de iniciativa do Presidente, disporá sobre a forma de distribuição dos cargos criados por esta lei, em até três assessorias por unidade ou vara judiciária, que servirão unicamente nos gabinetes dos juizes togados.

Art. 3º As nomeações para os cargos a que se refere esta lei serão feitas entre Bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, por indicação do juiz titular da unidade judiciária ou vara contemplada, ou do substituto que nessa condição se encontrar há, pelo menos, seis meses.

Art. 4º Não poderão ser nomeados para o exercício do cargo de que trata o art. 1º desta lei o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, juizes e agentes públicos ocupantes de cargos de direção e de assessoramento vinculados a qualquer dos órgãos do Poder Judiciário; ou dos agentes políticos de outros Poderes, salvo se servidor público efetivo, vedada, em qualquer caso, a nomeação ou designação para ser subordinado ao juiz determinante da incompatibilidade.

Art. 5º As despesas com a implementação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários do Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 20 de maio de 2008; 120ª da Proclamação da República.

A **AMPB** avaliou que a sanção é um grande passo para o Judiciário paraibano e tem importância maior ainda para a sociedade que terá o juiz bem assessorado, agilizando os julgamentos. A Lei não resolve o problema de todas as unidades judiciárias, mas é um passo adiante em relação à aspiração da magistratura de primeiro grau.

A criação do cargo de assessor de juiz é ponto crucial na atuação da **AMPB**, visando a melhoria na prestação jurisdicional do nosso Estado e acatando reivindicação dos magistrados paraibanos. Durante as gestões pró-independência, a **AMPB** enviou ofício ao TJ (protocolo nº 178.523-1, de 07/07/05), apresentando um anteprojeto de Lei para instituição do cargo, criado a partir de várias discussões com a categoria.

CURSOS E EVENTOS

ENCONTROS ESTADUAIS

Durante as gestões de 2004 a 2008 foram promovidos três Encontros Estaduais, com o objetivo de informar e discutir assuntos de interesse da categoria. Em 2005 foi realizado o XII Encontro com o tema “O Judiciário que temos, o Judiciário que queremos”;

em 2006, o XIII Encontro debateu “Poder Judiciário Nacional: democracia, transparência e eficiência”. O XIV tratou do tema “Democracia e Efetividade da Justiça”.

Esses eventos oportunizaram a realização de palestras com grandes nomes da área jurídica no país, a exemplo do jurista Dalmo de Abreu Dallari; o ex-ministro Walter Costa Porto; o ministro José de Castro Meira; o desembargador Cláudio Baldino Manuel; a jornalista Cláudia Lemos; Professor Paulo Bonavides; Professor Adriano Soares da Costa; desembargador Eduardo Lorenzoni; desembargador Celso Luiz Limongi; desembargador Luiz César Medeiros, juiz Lúcio Grassi; a advogada Lara Selem; o ex-presidente da AMB, juiz Rodrigo Collaço; juiz Mozart Valadares, atual presidente da AMB; juiz João Ricardo dos Santos Costa (vice-presidente da AMB) e a juíza Andréa Pachá, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça.

Para tais eventos, a **AMPB** buscou parcerias com a Escola Judiciária Eleitoral do TRE-PB, a AMB e o TJ-PB, além de receber patrocínio de algumas instituições particulares.

Para o juiz Ramonilson Alves Gomes, o Encontro Estadual é muito importante, pois é um momento de desenvolver atividades de reciclagem que dão oportunidades aos colegas de se reencontrarem, de se confraternizarem e sempre renova o espírito de unidade, dando legitimidade à direção da Associação.



ENCONTROS ESTADUAIS



ENCONTRO PARA APOSENTADOS

Além de participar dos encontros estaduais, o quadro de inativos recebeu atenção especial, tendo desfrutado evento exclusivo, programado com atividades do seu interesse.

No dia 10 de maio de 2008, os magistrados aposentados tiveram a oportunidade de interagir entre os colegas e ao mesmo tempo obter conhecimentos relevantes para o bem estar e manutenção da saúde, durante a "Manhã de Convivência: Interagir é Saudável", realizada na sede de lazer da entidade.

O evento contou com palestras de fisioterapeutas e nutricionista.



CURSO DE TIRO



Campina Grande



João Pessoa

Em parceria com a Polícia Federal, o Exército Brasileiro e o Clube Pessoaense de Tiro, a gestão "Reafirmando a Independência" promoveu treinamento de tiro para juizes. Os cursos foram realizados nas cidades de Campina Grande e João Pessoa.

A iniciativa foi parte integrante do programa desenvolvido para o aperfeiçoamento do associado.

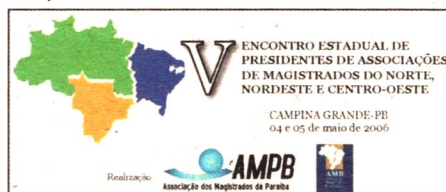
Os ensinamentos foram repassados em duas etapas, a parte teórica e a prática, efetuadas nos Stands de Tiro das instituições parceiras.

Ao final, cada participante recebeu certificado que garantia a renovação do registro de arma na Polícia Federal.

APOIOS E PARCERIAS



Como forma de legitimar sua responsabilidade social, a AMPB apoiou encontros realizados por outras instituições e buscou parcerias para fortalecer seu trabalho institucional.



Em parceria com a AMB e apoio do Tribunal de Justiça da Paraíba, realizou no ano de 2006, na cidade de Campina Grande, o V Encontro de Presidentes de Associações de Magistrados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O evento, realizado semestralmente pela Associação dos Magistrados Brasileiros, trata de interesses comuns e proporciona a troca de idéias entre os presidentes das Associações, aprimorando o Judiciário de cada Estado.



O apoio ao 1º Encontro Paraibano da Justiça com o Meio Ambiente, realizado em dezembro de 2006, incentivou a participação dos magistrados e contou com a presença de 56 associados da AMPB.



A campanha "Consciência confirme que você tem", desenvolvida pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-PB, também ganhou apoio da AMPB. Realizada em 2006, a ação foi direcionada ao jovem eleitor.



A diretoria também apoiou ações realizadas por magistrados paraibanos, como a I Semana da Infância e Juventude, iniciativa da juíza Ivna Mozart B.S. Moura,

da comarca de São Mamede, Ivna Mozart; o Projeto Sapeca, realizado em Sapé, pelo juiz da Infância e Juventude da comarca, Antônio Carneiro de Paiva Júnior; Além de divulgar as ações inovadoras que seus associados realizaram durante o período dessas gestões, tais como a do juiz Bruno Isidro, que desenvolveu a "tornezeira eletrônica", na comarca de Guarabira.



A entidade incentivou ainda a participação dos paraibanos nos Congressos Brasileiros de Magistrados, realizados pela AMB, através do sorteio de inscrições e hospedagens entre os associados.

CONTRA A CORRUPÇÃO, NEPOTISMO E COMPULSÓRIA AOS 75

Em junho de 2007, o juiz Marcos Salles representou a AMPB em evento realizado pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), como forma de participar da mobilização nacional contra a PEC 358/2005 - manifesto conjunto contra a possibilidade de ampliação do foro privilegiado para ocupantes e ex-ocupantes de cargos públicos.

Em evento realizado pela CGU (Controladoria Geral da União), na cidade de Areia, o juiz Marcos Salles foi convidado para proferir palestra sobre a importância do Poder Judiciário no combate à corrupção, na abertura do Programa "Olho Vivo no Dinheiro Público", em maio de 2007.

Unida a entidades como a Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) e a Justiça Federal, a AMPB participou de atos contra a corrupção e em favor da ética na política.

ELEIÇÕES LIMPAS

Uma ação que merece destaque é a “Operação Eleições Limpas”, lançada em 2006 e 2008 pela AMPB, com o objetivo de mobilizar a sociedade para um processo eleitoral ético, legal e democrático, além de conclamar os juízes eleitorais a fiscalizar com rigor as eleições.

Na Paraíba, a Campanha foi desenvolvida pela AMPB juntamente com o TRE, OAB, Ministério Público, APMP (Associação Paraibana do Ministério Público), Arquidiocese da Paraíba, Igrejas Evangélicas, Rotary Clube, UFPB, Comissões de Direitos Humanos, FOCCO, entre outras.

Dentro das atividades realizadas, no pleito eleitoral de 2006, foi promovido encontro de candidatos ao Governo do Estado. Na ocasião, os magistrados ouviram as propostas de cada candidato a respeito dos temas: “Política institucional para o Poder Judiciário”; “Segurança Pública” e “Sistema Penitenciário”.



COMBATE À CORRUPÇÃO



Ao encampar a luta pela extinção do nepotismo no âmbito do Poder Judiciário, a AMPB uniu forças com o CNJ e a AMB. Ao “cortar a própria carne”, vendo o fim desta chaga no Judiciário, a entidade levou o exemplo para outros Poderes, quando, em palestra proferida pelo presidente Marcos Salles, o Legislativo paraibano demonstrou seu respeito e admiração pela Justiça deste Estado, apresentando interesse em seguir seu padrão.

A Paraíba também segue a luta da AMB contra a elevação da aposentadoria compulsória dos 70 para 75 anos, defendendo a renovação necessária dos órgãos e estimulando os que integram a carreira. Através de seu presidente, a AMPB fez contato com deputados e senadores do Estado, defendendo e divulgando o interesse da categoria que representa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

Em parceria com a AMB, a entidade paraibana cumpriu parte da responsabilidade social que foi assumida pelas gestões pró-independência, lançando no Estado campanhas institucionais que mostram a preocupação da magistratura paraibana em buscar soluções para problemas que afligem a sociedade e impedem o desenvolvimento do País.

“A Associação da Paraíba engajou-se de maneira expressiva em todas as campanhas desenvolvidas pela AMB. Nesse aspecto, o colega Marcos Salles está de parabéns junto com toda a magistratura paraibana. É que o apoio às ações da AMB envolveu não só a diretoria da AMPB mas, principalmente, para orgulho nosso, a grande maioria dos respeitados e conceituados juízes da Paraíba”, reconhece o ex-presidente da AMB, juiz Rodrigo Colliço.

A partir do trabalho desenvolvido durante a Campanha "Eleições Limpas", a AMPB foi convidada a integrar o FOCCO - Fórum de Combate à Corrupção - que completou três anos no dia 20 de maio de 2008. Para o presidente do FOCCO, o advogado João Ricardo Coelho, a Associação tem contribuído de forma efetiva para o sucesso do trabalho do Fórum. Ele lembra que, nas eleições de 2006, a AMPB doou peças publicitárias, produzidas pela AMB, referentes à Campanha "Operação Eleições Limpas", que foram utilizadas na Campanha de Fiscalização e Combate a Corrupção Eleitoral.

"A participação da AMPB no FOCCO traz para o magistrado, enquanto cidadão, a discussão quanto ao acompanhamento do uso dos recursos públicos federal, estadual e municipal. Sabemos que, por questões profissionais, muitas vezes, o magistrado precisa ficar distante deste tipo de debate, mas isso não impede o exercício da cidadania, estimulando a transparência do uso do recurso público", esclarece João Ricardo.

REFORMA POLÍTICA

No ano de 2007, em parceria com o TRE-PB e a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) - tendo a frente o juiz Alexandre Targino, a AMPB atuou na Campanha "Reforma Política: conhecendo, você pode ser o juiz dessa questão" - da AMB.

Em parceria com a EJE, a AMPB distribuiu, gratuitamente, três mil exemplares de uma cartilha com uma linguagem direta e simples, em Escolas públicas e privadas de ensino médio e Universidades de todo Estado, com a apresentação

de palestras e exibição de um vídeo-documentário sobre o tema.

Muito prestigiada na AMB, ao lançar a campanha na Paraíba, a AMPB pode contar com a presença do então presidente da entidade, juiz Rodrigo Collaço, que proferiu palestra na solenidade de lançamento.

"POR UM JUDICIÁRIO MAIS FORTE"

Nesta campanha, também promovida pela AMB, os magistrados filiados da AMPB se mobilizaram para debater com a sociedade, a imprensa e a classe política, alternativas para aperfeiçoar os serviços prestados pelo Poder Judiciário.

DERRUBANDO O "JURIDIQUEÛS"

A "simplificação da linguagem jurídica", foi lançada a partir da preocupação em facilitar a comunicação entre o Judiciário e a sociedade, através da eliminação de termos técnicos, dando lugar a uma linguagem mais clara e objetiva.

Na Paraíba, a AMPB, além de conscientizar a magistratura da necessidade da abolição do "juridiquês", divulgou a campanha em meios de comunicação, através de entrevistas e publicação de matérias em rádio, tv e jornal e ainda distribuiu cartilhas, elaboradas pela AMB, junto aos jornalistas destes veículos.

INTEGRAÇÃO



Campanha de Interiorização da AMB, realizada em Campina Grande

A campanha de interiorização da AMB chegou à Paraíba em maio de 2006. Realizada em Campina Grande, a reunião do Programa de Interiorização oportunizou aos magistrados paraibanos sugerir ações e opinar sobre projetos da entidade nacional, voltados ao fortalecimento do Judiciário.

"MUDE UM DESTINO"



Em 2007, em favor das crianças que vivem em abrigos, a Campanha "Mude um Destino" foi divulgada entre os magistrados da Paraíba.

Para esta ação, também idealizada pela AMB, a AMPB recebeu o apoio do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça, Comissão Estadual de Adoção (CEJA) e Ministério Público.

Foram lançadas as cartilhas "Adoção passo a passo" e "Abrigo legal". A primeira desmistificando o processo da adoção no Brasil e esclarecendo as principais etapas. A segunda apresentava aos dirigentes de abrigos toda a Legislação referente ao tema.

Para o juiz Antônio Silveira Neto o apoio às campanhas institucionais da AMB é fundamental para o fortalecimento do Judiciário local e nacional. "Nosso engajamento passa para a sociedade o comprometimento da magistratura na busca de soluções para alguns problemas que impedem ou atrasam o desenvolvimento do nosso país, expondo a postura reflexiva e independente que o magistrado adota hoje em dia. Mostrando que, além de defender os direitos de sua categoria, o trabalho associativo assume sua responsabilidade social".

PATRIMÔNIO

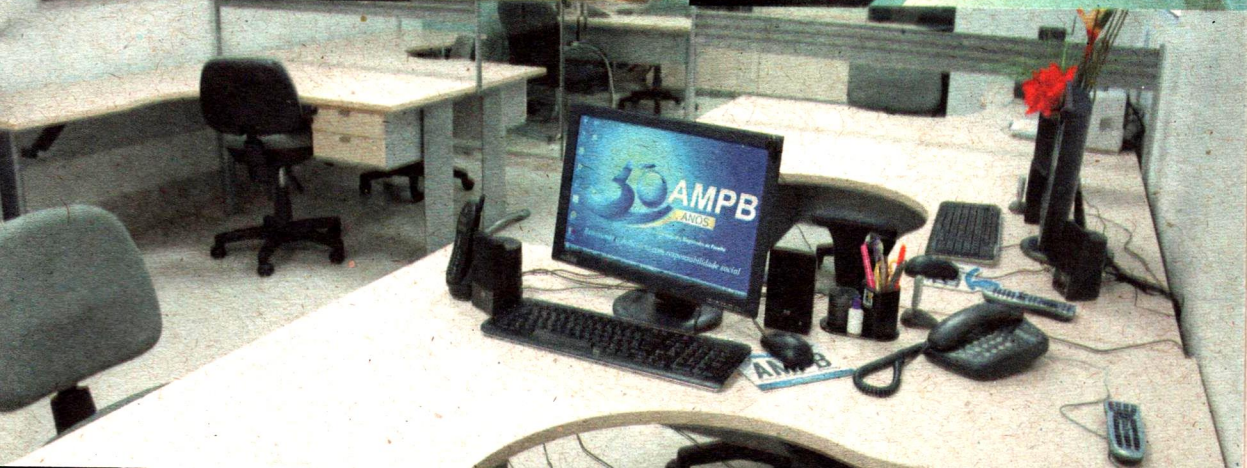
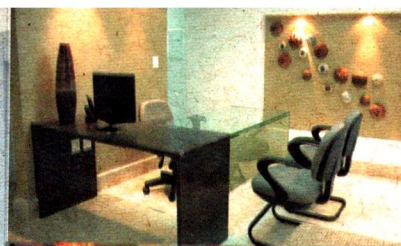
SEDE ADMINISTRATIVA

"Passamos a caminhar com nossos próprios pés", é assim que o tesoureiro da AMPB, juiz Sivanildo Torres Ferreira, define o sentimento de independência gerado com a aquisição da sede própria.

Após quase 50 anos de fundação, a instituição passou a funcionar em sede adquirida com recursos próprios, a partir da contribuição de cada associado. Inaugurada oficialmente no dia 20 de dezembro de 2007, a sede administrativa tem um espaço de 114 m², localizada no Empresarial Plaza Center, em frente ao Fórum Cível Mário Moacyr Porto, em João Pessoa. Antes de possuir sede própria, a AMPB funcionou nas dependências do TJ-PB e também no Fórum Cível da Capital.

As três salas adquiridas em setembro de 2006 passaram por uma grande reforma. Durante esse processo, a AMPB funcionou em sede provisória. A reforma foi necessária visto que as salas adquiridas precisavam se adaptar ao projeto de criar um ambiente que mesclasse conforto e funcionalidade, para que a sede administrativa se tornasse aconchegante aos associados, transformando-se numa extensão da casa de cada um. Bens como mobília e equipamentos de informática de última geração fizeram parte do investimento.

SEDE ADMINISTRATIVA



VEÍCULO

Com a aquisição do veículo modelo "Fiesta Sedan", em 2006, a entidade deixou de usar o carro cedido pelo Tribunal de Justiça. "Implantamos a independência não só em ações, mas também em funcionamento", acrescenta o tesoureiro Sivanildo Torres

SEDE DE LAZER

Entre os anos de 2005 e 2008 foi realizado um intenso processo de revitalização na sede de lazer, trazendo melhorias para o local. Houve reforma na estrutura dos apartamentos; foi colocada nova louça nos toaletes, adquiridas novas TV's, colchões e utensílios domésticos. Na área externa, foi feita a pavimentação das ruas de acesso e jardinagem. Já na área de lazer foram construídos novos restaurante, playground, mirante, redário, banheiros sociais, salão de jogos, campo de futebol e piscinas.

A revitalização foi realizada diante do estado corrosivo em que se apresentavam as instalações do Balneário. No intuito de melhor atender aos seus associados e familiares, a diretoria resolveu proporcionar qualidade de vida e conforto aos magistrados, investindo no local.

Na opinião do juiz Marcos William de Oliveira, associado que frequenta assiduamente a sede de lazer, a gestão de Marcos Salles foi um "divisor de águas", no que diz respeito ao balneário. "Hoje o associado tem uma estrutura que não fica nada a dever aos congêneres do Nordeste e do Sul do país", opina o associado que costuma desfrutar o local com sua família.





EVENTOS

ESTREITANDO RELAÇÕES

Cumprindo o objetivo de revitalizar e interiorizar os eventos sociais da AMPB, a atual diretoria realizou grandes eventos festivos para a magistratura da Paraíba. Datas como o carnaval, festas juninas e final de ano, foram comemoradas, com bastante brilho, animação e conagraçamento.

Confraternização anual - sempre realizada no renomado espaço de eventos, Paço dos Leões, os magistrados foram reunidos para comemorar, de forma festiva, as vitórias institucionais da categoria. Os jantares dançantes contaram com o brilho de apresentações musicais como o cantor Flávio José e a Orquestra Mistura Fina.

Festejos juninos - em 2007, a diretoria reuniu os magistrados no Parque do Povo, em Campina Grande. O pavilhão do restaurante "Manoel da Carne de Sol", foi especialmente reservado para o "arraial" da AMPB, que também disponibilizou transporte para os associados da Capital.



Em 2008, o local escolhido foi o restaurante "Mangai", em João Pessoa. O arrasta-pé foi animado ao som das bandas "As Bastianas" e "Forró de Lamparina". No mesmo ano, em parceria com a Caixa Econômica Federal, foi disponibilizado um camarote para os magistrados no Parque do Povo, onde acontece o "maior São João do mundo", realizado em Campina Grande.



São João na Capital

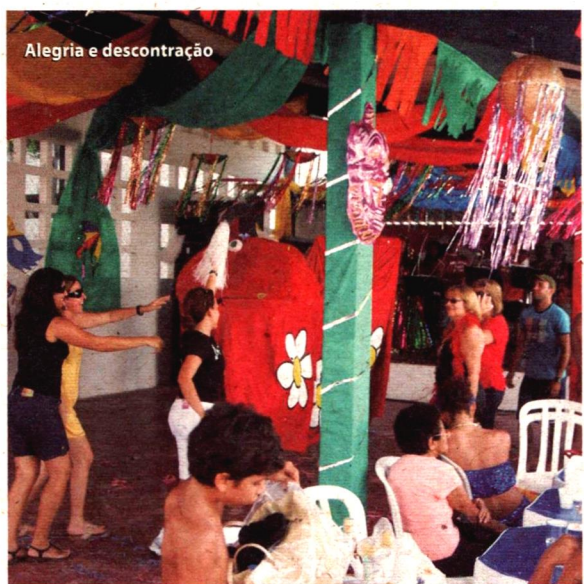


Arrasta pé dos Magistrados

Carnaval - promovido sempre na sede de lazer da entidade, oferecendo qualidade de vida aos associados, estimulando o convívio dentro do espaço associativo. Grandes orquestras carnavalescas deram o tom da folia momesca. Em 2007, a festa promovida pela diretoria merece destaque, pois coroou como "rainha do carnaval AMPB", a desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira (Nevita).



Des. Nevita



Alegria e descontração

A juíza Leila Cristiani C. de Freitas acredita que as gestões pró-independência cumpriram seu papel de promover o conagraçamento entre os associados. Além dos festejos juninos e carnavalescos, Leila destaca a festa do final de ano: "as confraternizações anuais reuniram um grande número de associados que tiveram a oportunidade de desfrutar eventos cuidadosamente planejados com o que há de melhor em atrações musicais e buffets". A magistrada comenta ainda sobre a alegria que contagia a todos nas festas da AMPB, "é a satisfação de poder comemorar entre amigos as grandes conquistas institucionais da sua entidade representativa", assegura.

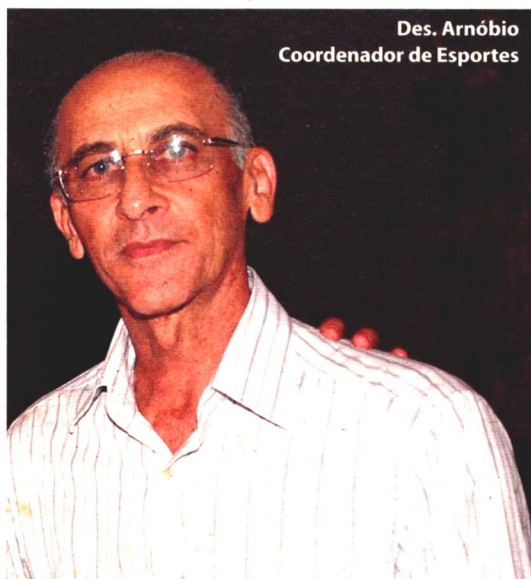
DEPARTAMENTO DE ESPORTE



Equipe da categoria livre



Famílias torcendo
pela Equipe da AMPB



Des. Arnóbio
Coordenador de Esportes

A prática de esportes proporciona a socialização, espírito de equipe, integração, auxilia a manutenção do corpo humano saudável, possibilitando melhoria da auto-estima e produtividade no trabalho. Por esse motivo, a Diretoria de Esportes, vem desenvolvendo suas atividades para promover a integração entre os magistrados e familiares a nível estadual e nacional.

“Merece esclarecer que as duas últimas gestões não mediram esforços para atender as reivindicações da Diretoria de Esportes, fornecendo todo apoio necessário para que as equipes participassem dos Campeonatos”, lembra o responsável pelo setor, o desembargador Arnóbio Teodósio.

Ele, com seu dinamismo e dedicação, ampliou os eventos esportivos da associação, conseguindo levar equipes da AMPB para vários campeonatos.

Os times paraibanos têm participado de competições regionais e nacionais, realizadas anualmente pela AMB. As equipes das categorias Livre (até 38 anos) e Master (acima de 38 anos) receberam novos padrões (chuteiras, calções, camisas e meióes), adquiridos através de patrocínio firmado entre a AMPB e a AutoClub Honda. O apoio também se estendeu a transporte e hospedagem dos competidores.

Os magistrados desportistas participaram de confraternizações organizadas exclusivamente para eles, através da diretoria de esportes. Mini campeonatos entre os colegas e churrascos foram realizados em clima de muita alegria e satisfação, na sede de lazer da entidade.

COMEMORAÇÃO DO JUBILEU

A gestão "Reafirmando a Independência" teve a honra e satisfação de estar à frente da AMPB no ano de seu cinquentenário. Várias atividades comemorativas foram realizadas, já que o momento histórico merecia brilhantismo.



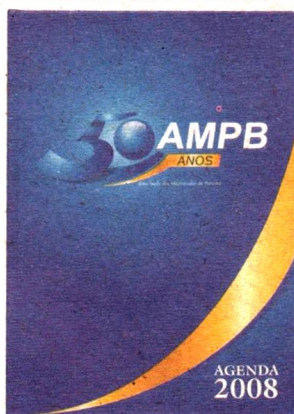
Associação dos Magistrados da Paraíba
Renovando o Judiciário com responsabilidade social

O primeiro passo foi criar uma logomarca especial, datando os 50 anos, para estampar todos os meios de comunicação e também o material de expediente.

Como "presente" de aniversário, em dezembro de 2007, foi inaugurada a sede administrativa própria, firmando a independência definitiva da entidade.



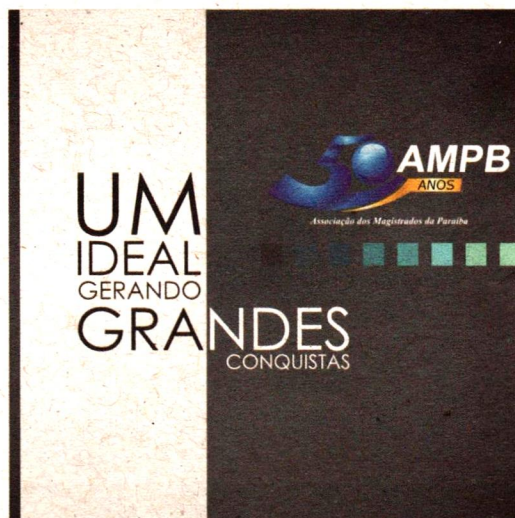
Uma agenda, para o ano de 2008, confeccionada especialmente para os magistrados da Paraíba, foi distribuída entre os associados.



Um selo personalizado, com a logomarca dos 50 anos da Associação, foi lançado pela Empresa de Correios e Telégrafos, em junho de 2008.



Em agosto, mês da fundação, foi realizada uma festa para comemorar a data entre todos os associados que mantêm viva e atuante a entidade que representa a magistratura na Paraíba.



Nesta ocasião, foi lançado o livro "AMPB 50 anos - Um ideal gerando grandes conquistas", produzido pela assessoria de comunicação da instituição. Além de contar a história da entidade, a publicação faz uma abordagem sobre o desenvolvimento e amadurecimento das ações da AMPB, através da atuação de seus integrantes.

COMUNICAÇÃO

ESTRATÉGIAS E RESULTADOS

A partir de 2004 o trabalho de comunicação da AMPB foi aprimorado, ampliando seus canais de comunicação com os magistrados associados e também com a sociedade em geral. As ferramentas de comunicação interna passaram por modificações e a entidade tornou-se uma referência para a opinião pública. O relacionamento foi intensificado, tornando a AMPB uma fonte de informações muito solicitada.

Este processo se deu devido à compreensão desta diretoria do quanto é importante o uso da comunicação para dar visibilidade à Associação, estreitando relações com os associados, a imprensa e a opinião pública.

INTERNET

O site institucional ganhou recursos dinâmicos de atualização e navegação, possibilitando uma maior interação com o usuário. Além de trazer matérias com informações sobre as ações da diretoria, o site também divulga reportagens regionais e nacionais, de interesse jurídico. A interatividade foi valorizada e os associados podem enviar mensagens aos aniversariantes e ainda acessar links de interesse da magistratura, como os portais do STF, STJ, CNJ, TJ-PB, entre outros.

Segundo relatório apresentado em junho de 2008 pelo servidor do site (Locaweb), o acesso ao endereço é elevado, apresentando uma média aproximada de 300 visitas diárias.

Ainda vem sendo utilizado outro instrumento facilitador no repasse de informações: quem possui e-mail cadastrado no "grupo juiz-pb", passou a receber notícias veiculadas no site, através de newsletter.

"NOTÍCIAS AMPB"

O informativo interno da instituição também foi modernizado e passou por mudanças estruturais. Impresso em papel reciclado, o jornal mensal traz matérias sobre o trabalho institucional e também dá espaço para apresentar ações dos magistrados, além de publicar seus artigos.



IDENTIDADE VISUAL



Esta diretoria também incrementou a identidade visual da entidade. Profissionais da área de publicidade idealizaram dois modelos de logomarca, que foram colocados à disposição dos magistrados para que, através de enquete no site institucional, a escolha fosse democrática. A logo que representava equilíbrio e modernidade foi a mais votada.

Segundo os criadores do símbolo, a nova logomarca significa uma espécie de jogo da física em que a bola e a superfície permanecem sempre em linha reta, não pendendo para nenhum lado. "A tipologia escolhida tem um formato contemporâneo, pra frente, com uma visão de futuro. A escolha do itálico na sigla AMPB é para mostrar que a Associação sempre caminha para frente, dando velocidade e dinamismo à sigla. As cores em tonalidade azul fosco transmitem a visão de futuro e adiante que a AMPB deseja implementar. As tonalidades azuis transmitem avanço, tecnologia, bem-estar e futuro, segundo estudos da Gestald (escola artística que estudou formas e conceitos visuais e filosóficos). O azul também preza pelo prestígio e pela modernidade", define o publicitário João Paulo, da Agência TMBS.

AMPB vai ao STF contra PBPRe

Associação de Magistrados pediu inconstitucionalidade da lei que criou previdência estadual

Atendendo a uma solicitação da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), a entidade nacional da categoria - AMB - julgou no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contestando a Lei nº 7.517/03, do Estado da Paraíba, que criou a autarquia Paraíba Previdência (PBPREV) e a organização do sistema de previdência local. Adin foi protocolada anteontem, em Brasília.

Segundo a ação, a norma restringe a autonomia e independência administrativas do Poder Judiciário. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) declara que o legislador estadual não pode tributar a órgão do Poder



Juiz Marcos Salles (AMPB)
Executivo a prerrogativa de impor ao Judiciário o repasse de parcela do seu orçamento.

O juiz Marcos Salles, presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB) reitera que a en-

tidade não aceita a discriminação do Governo do Estado e busca no Supremo Tribunal Federal (STF) a manutenção do direito dos magistrados aposentados continuarem a receber seus proventos através do Poder Judiciário do Estado. "Continuaremos tomando providências tanto de ordem política como jurídica, até nosso objetivo ser alcançado: o respeito à Constituição, mantendo a dignidade de nossos colegas aposentados, que cumpriram seu dever de defender a sociedade, com tanta distinção", avalia.

A AMPB tentou mudar a lei que criou a Previdência da Paraíba (PBPREV) na Justiça da Paraíba, mas as ações acabaram arquivadas. Agora, busca um últi-

ANÚNCIO / Governador disse que Estado vai desembolsar R\$ 300 milhões, em 40 dias, para pagar pens

Cássio garante repasse de verba e sela independência dos poderes

de GISA VEIGA

O governador Cássio Cunha Lima, reuniu ontem à noite a Comissão Interpoderes, no Palácio da Redenção, e anunciou o resultado de meses de estudos de sua equipe e

terma dificuldade que atinge todos os Estados, e que agora podemos honrar", disse o governador, na reunião.

Para se chegar a essa decisão, a equipe econômica do governo estadual gastou meses fazendo estudos de

modo a viabilizar o quodécimo já previsto no Orçamento de 2003. Será um repasse mensal de recursos, baseado em porcentual estabelecido no Orçamento do Estado. Segundo o governador, deixou claro para os membros da Comissão Interpoderes, o

gesto indica o início de uma fase de sua atuação. "Algo que já sendo empreendido há meses, através do trabalho conjunto das equipes técnicas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário".



Juizes paralisam as atividades pela defesa da independência

Protesto durou apenas 24 horas, em todo o Estado, e o objetivo é atingir autonomia financeira em relação ao Executivo

CORREIO DA PARAIBA

Paraíba, quinta-feira, 21 de setembro de 2006

Jornalismo com ética e paixão ★ Fundador: Teotônio Neto ★ Ano: LIII ★ Nº 048 ★ Preço: R\$ 1,50

AMPB teme que violência se espalhe e apóia tropas federais

RECONHECENDO IRREGULARIDADES

TJ anula remoções e promoção de juizes

ADRIANA RODRIGUES

O Tribunal de Justiça da Paraíba decidiu, ontem, em sessão extraordinária, anular as remoções e a promoções de magistrados, realizadas por meio de voto secreto, no último dia 5 de outubro, e vai promover uma nova votação aberta, a ser marcada posteriormente, para escolha dos juizes.

De acordo com presidente do TJ, desembargador Júlio Aurélio Coutinho, a posição do Tribunal da Paraíba busca evitar a polêmica e acabar com a controvérsia em relação à escolha dos

magistrados pelo critério de merecimento, já que todos os desembargadores concordam com o critério de votação aberta, no entanto, no dia da votação, segundo ele, não existiam os critérios estabelecidos pelo CNJ.

O Pleno resolveu acabar com a polêmica, inclusive, de forma antecipada, aprovou uma Resolução, criando os critérios para escolha dos magistrados em votação aberta, como determina a Resolução do CNJ, apesar de ter um prazo de 120 dias", declarou o desembargador.

Após a sessão, a Presidência do Tribunal de Jus-

tica da Paraíba encaminhou expediente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) comunicando a decisão. De acordo com a Resolução do CNJ, as promoções por merecimento de magistrados, a partir da Portaria nº 6, serão realizadas em sessão pública, em votação nominal, aberta e fundamentada.

O conselho relator do processo no Conselho Nacional de Justiça, Claudio Godoy, havia expedido liminar suspendendo parcialmente os efeitos da decisão de promover magistrado por meio de votação secreta e solicitado informações do TJ. A liminar impe-

de o provimento de vaga até que se defina o mérito, que perde seu objetivo com a decisão do TJ.

O presidente da A (Associação dos Magistrados da Paraíba), juiz Marcos Salles, apesar de lamentar que juizes e a população tenham sido prejudicados pelo descumprimento de preceito constitucional, lamenta no dia em que a Constituição completou 50 anos, último dia 05 de outubro, elogiou a atitude de decidir anular as promoções e promover nova eleição aberta. "Agora forma de corrigir um erro é reconhecer o caminho de

A Associação dos Magistrados da Paraíba teme que casos de violência como os registrados em Campina, em confrontos de grupos políticos, se espalhem pelo

Estado. A AMPB solicitou ao TRE tropas federais para garantir a segurança, ratificando pedido já feito por quatro juizes da Comarca de Campina. Pág. A-2

Marcos Sales cobra fim do nepotismo no Judiciário

Paulo de Pádua

Repórter
paulo@jornalnordeste.com.br

O presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juiz Marcos Coelho de Sales, informou, ontem, que não vai abrir mão, esse

nepotismo no Judiciário afirmou que o tipo de priorizar a continuidade de seus parentes

todos os servidores do Poder entrassem em relação com os nomes de parentes que prestam serviços na instituição. Será feito um levantamento estatístico. Ele (João Moura) quer ter uma ideia da quantidade de pessoas e que providências deverão ser tomadas", esclareceu ele.

Sales lembrou que o próprio ministro do Supremo, Nelson Jobim, tem manifestado que adotará providências, caso a resolução do Conselho Nacional não seja cumprida. Na sua visão, o Judiciário tem que existir e também que cum

MAGISTRADOS VÃO AO SUPREMO CONTRA LEI QUE CRIOU A PBPREV

PRESTÍGIO

Reconhecido não só pelos associados da entidade que representou durante quatro anos, Marcos Salles teve seu trabalho reverenciado por diversas entidades de classe e instituições.

Por ocasião da implantação dos subsídios, o Pleno do TJ-PB concedeu ao juiz votos de congratulações por sua luta. A propositura do desembargador José Martinho Lisboa foi acolhida por unanimidade pela Corte, na sessão ordinária do dia 12 de abril de 2006.

Em dezembro de 2006, Marcos Salles foi homenageado com o título de "Sócio Benemérito" do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado, a maior comenda distribuída pela entidade. A justificativa veio pelo fato do juiz enfrentar diariamente as barreiras e dificuldades para defender os direitos dos que integram a sua categoria.



Homenagem do Clube dos Oficiais

Salles também foi contemplado pela Associação dos Magistrados Piauienses (AMAPI), com o diploma e a medalha do Mérito Judiciário "Conselheiro Coelho Rodrigues", por seus relevantes serviços prestados a magistratura nacional.



Homenagem no Piauí

Ao ser reconduzido pelos colegas ao cargo de presidente, em agosto de 2006, Salles recebeu Moção de Aplauso da Assembléia Legislativa do Estado. A casa aprovou por unanimidade o requerimento do deputado Rodrigo Soares, que usou como justificativa o fato de que "Marcos Salles tem se conduzido com extrema retidão à frente da AMPB, elevando nosso Estado a alto nível de reconhecimento no mundo jurídico nacional e se fazendo respeitar pelos colegas de profissão e pela sociedade paraibana, tendo em vista sua defesa incessante pela ética em todos os níveis".

Para o atual presidente da AMB, o juiz Mozart Valadares Pires, Marcos Salles é um líder que defende não seus interesses pessoais, mas sim os interesses da magistratura local e nacional. "Tenho muito respeito e admiração por ele, que vem fortalecendo o Judiciário do Brasil, fazendo a defesa dos direitos coletivos da categoria a qual pertence. Tentando implementar mais ética no Poder, vem fortalecendo a atuação da AMB, que precisa do engajamento das entidades Estaduais para implementar algumas teses", expressa o pernambucano.



Mozart Valadares, presidente da AMB (biênio 2007/2009)

NOVOS CONVÊNIOS

Alguns convênios foram firmados nos últimos 4 anos, com o objetivo de oferecer aos associados vantagens em vários setores. Algumas empresas conveniadas são: Uniodonto, Caixa Econômica Federal, Makro, Colégio Motiva, Livraria Siciliano, Ford Cavalcanti Primo, AutoClub Honda, Localiza Rent a Car, Livraria Papel Impresso, Restaurante Buongustaio, Aliança Francesa, Hotel Caiçara, Prodígio Academia, além de outros estabelecimentos comerciais e consultórios dentários.

BALANÇO CONTÁBIL

A diretoria submete, para apreciação dos associados, o relatório pertinente à sua prestação de contas para os exercícios sociais iniciado em de 01/01/2005 com término em 31/12/2007. O presente relatório é composto das demonstrações: Balanços patrimoniais, demonstração de resultado, demonstrações de fluxo de caixa, demonstração das origens e aplicações dos recursos do referido período para efeito comparativo e notas explicativas.

Mantendo o compromisso de uma administração transparente, colocamos à disposição de todos os associados a documentação relativa a essa prestação de contas, se necessário para quaisquer esclarecimentos.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA – AMPB
Balanços Patrimoniais encerrados em 31/12/2005, 31/12/2006 e 31/12/2007

ATIVOS			
	31/12/05	31/12/06	31/12/07
Ativos Circulantes:			
Caixa e bancos	41.026	80.584	241.678
Contas a receber	80.503	131.822	45.161
Outros ativos correntes	0	16.994	144
Ativos correntes totais	121.529	229.400	286.983
Ativos Fixos:			
Investimentos			
Imóveis	64.334	250.741	440.409
Móveis e Utensílios	48.090	51.598	143.334
Veículos	0	37.560	37.560
Instalações e equipamentos (líquido)	48.090	89.158	180.894
Adiantamento p/ aquisição			
Bens/Serviços	0	0	93.710
Ativos fixos totais	112.424	339.899	715.013
ATIVOS TOTAIS	233.953	569.299	1.001.996
PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO			
Passivo circulante:			
Contas a pagar	161.368	102.213	131.752
Obrigações sociais/tributárias	689	2.411	4.081
Passivo circulante total	162.057	104.624	135.833
Passivos totais	162.057	104.624	135.833
Patrimônio Social	15.314	15.314	15.314
Superávits acumulados	56.582	449.361	850.849
Patrimônio Líquido Social total	71.896	464.675	866.163
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL TOTAIS	233.953	569.299	1.001.996

Demonstração do Superávit do Exercício de 2005, 2006 e 2007

	<u>31/12/2005</u>	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2007</u>
RECEITAS			
Receitas de Mensalidades	454.068	917.926	1.057.295
Receitas Patrimoniais	15.572	19.124	17.272
Outras Receitas	48.404	45.641	63.407
Total das Receitas:	518.044	982.391	1.137.974
DESPESAS			
Despesas de pessoal	87.287	118.279	131.978
Despesas			
AMB/ANAMAGES/AMAJME	183.436	177.900	199.955
Despesas com administração	158.687	220.897	314.877
Despesas de manutenção	27.225	67.404	80.809
Despesas financeiras	4.949	5.432	8.867
Total das Despesas:	461.584	589.912	736.486
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO (= Receitas - Despesas)	56.460	392.479	401.488

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXAS

FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES

	<u>31/12/2005</u>	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2007</u>
Entradas de caixa referentes a recebimentos e pagamentos:			
Receitas	518.044	982.691	1.137.974
Menos variação em contas a receber	(14.402)	(51.319)	86.661
Entradas de caixa	503.642	931.372	1.224.635
Menos variação em contas a pagar	96.132	(59.155)	29.539
Saídas de caixa	96.132	(59.155)	29.539
Outras saídas de caixa decorrentes das operações:			
Despesas de pessoal	(87.287)	(118.279)	(131.978)
Despesas AMB/ANAMAGES/AMAJME	(183.436)	(177.900)	(199.955)
Despesas com administração	(158.687)	(220.897)	(314.877)
Despesas financeiras	(4.949)	(5.432)	(80.809)
Despesas com manutenção	(27.225)	(67.404)	(8.867)
Total de saídas de caixa decorrentes das operações e de pagamentos de juros	(461.584)	(589.912)	(736.486)
Saídas de caixa referentes a pagamentos de impostos:			
Menos variação em impostos acumulados	689	1.722	1.670
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES	138.190	284.027	519.358
FLUXOS DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativos fixos	(112.424)	(227.475)	(375.114)
Aquisição de outros ativos circulantes	0	(16.994)	16.850
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO EM INVESTIMENTOS	(112.424)	(244.469)	(358.264)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO DE CAIXA	25.766	39.558	161.094

Quadro1

DETALHAMENTO DA DESPESA ADMINISTRATIVA			
DESCRIÇÃO VANO	2005	2006	2007
Água, Luz e Telefone	27 840	53 659	46 519
Despesas com eventos/confraternização	35 713	73 453	77 765
Viagens e estadas	18 499	41 864	42 502
Honorários Advocatícios/contabilidade	45 788	34 700	64 204
Serviços de terceiros	0	0	7 729
Editais e Publicações	17 539	16 892	15 185
Assinaturas e anuidades	0	0	3 630
Despesas com veículos	0	0	5 748
Correios e telégrafos	0	0	7 616
Lanches e refeições	0	0	8 876
Aluguel de sala/equipamento	0	0	6 040
Outras despesas	13 308	329	29 063
TOTAL	158 687	220 897	314 877

Gráfico 1 Comparativo entre as Receita e Despesas.

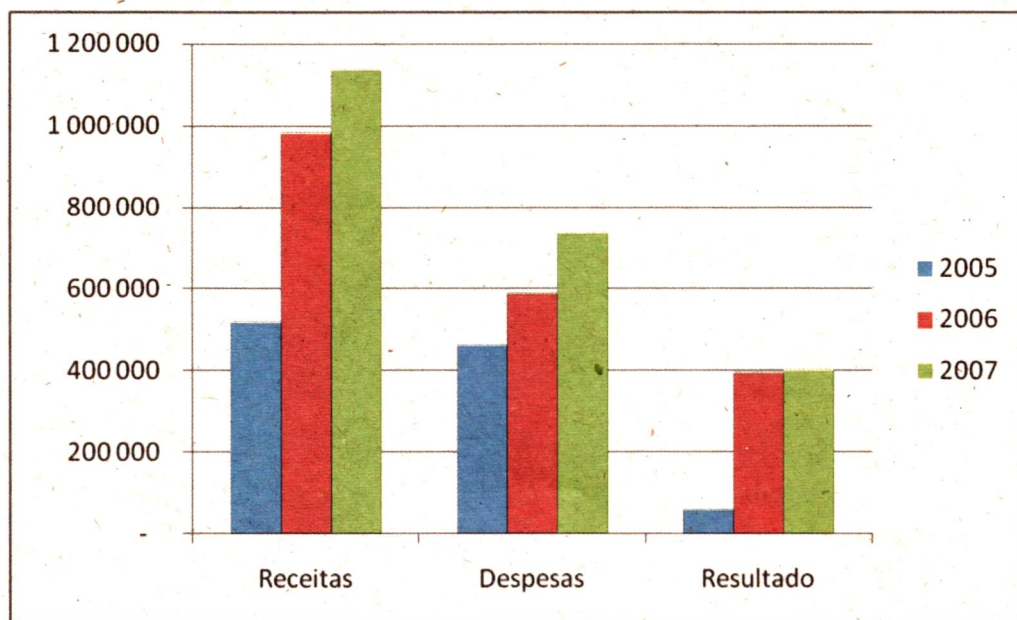


Gráfico 2 Fluxo de Caixa x Investimentos.

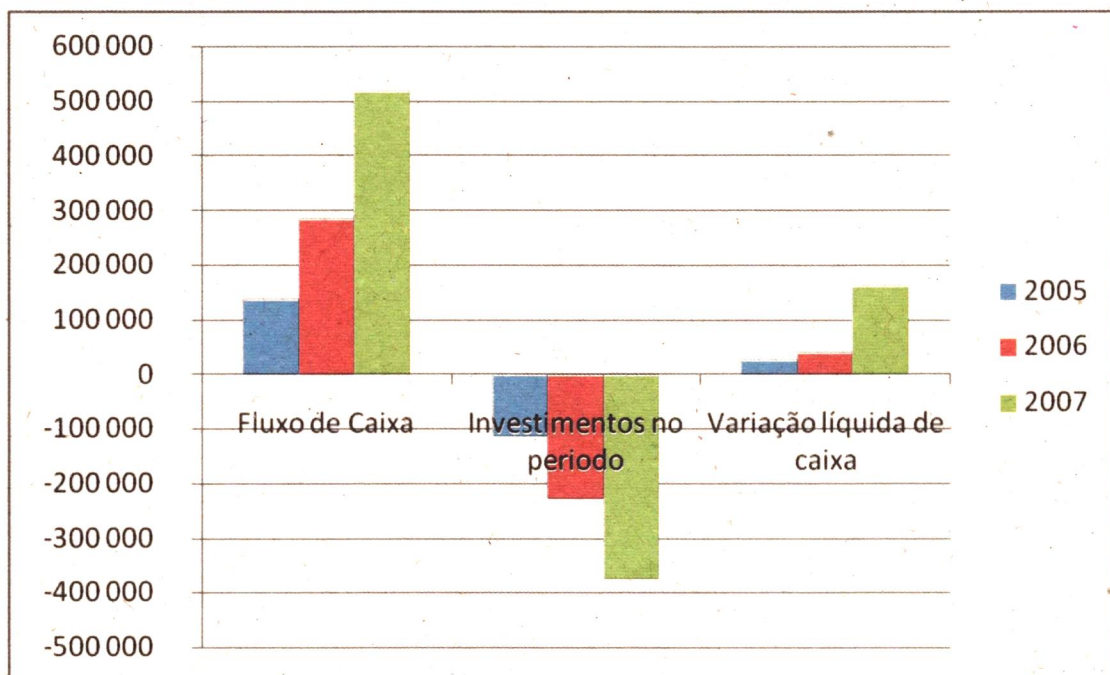
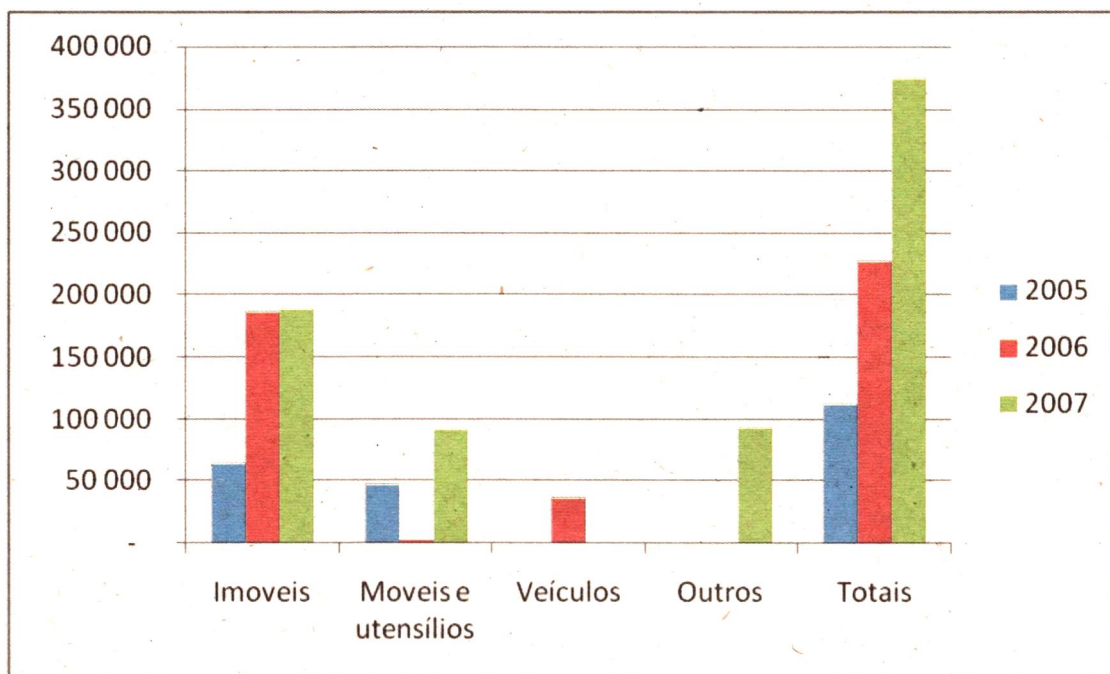


Gráfico 3 – Investimentos: Ativos Fixos.



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB				
Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos				
Para o período de 1º janeiro a 31 de junho de 2008.				
				30/6/2008
I	- ORIGENS DE RECURSOS			
	1. Superávit do Exercício	144.920		
	(+) Depreciação	0		
	(+) Amortização	0		
	(+) Provisão para Ajuste	763		
	(+) Resultado Líquido de Exerc. Futuros	0		
SOMA:				145.683
II	- APLICAÇÕES DE RECURSOS			
	2. Aquisição de Veículo	0		
	3. Aquisição de moveis e utensilios	361.152		
	4. Imobilizações em andamento	(67.400)		
	5. Moveis e utensilios	8.417		
SOMA:				302.169
III	- AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE (I - II)			
	(156.486)			
IV	- VARIAÇÕES NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE			
	Componentes	no início	no fim	variação
	Ativo Circulante	286.982	367.024	80.042
	Passivo Circulante	135.833	372.361	236.528
	Capital Circulante	151.149	(5.337)	(156.486)

Demonstração do Superávit do Exercício de 1º/01/2008 a 30/06/2008			
			R\$ 1,00
RECEITAS			
Receitas de Mensalidades	531.664		
Receitas Patrimoniais	9.045		
Outras Receitas	11.697		
Total das Receitas:			552.406
DESPESAS			
Despesas de pessoal	72.926		
Despesas AMB/ANAMAGES/AMAJME	103.825		
Despesas com administração	195.395		
Despesas de manutenção	33.408		
Despesas financeiras	1.932		
Total das Despesas:			407.486
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			144.920
Variação do superávit retido no balanço patrimonial			144.920

Demonstrativo das Receitas e Despesas no período de janeiro a junho de 2008.

							R\$ 1,00
RECEITAS	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	Rec. Acum.
Receitas de Mensalidades	88.596	88.596	88.596	88.750	88.563	88.563	531.664
Receitas Patrimoniais	0	100	8.895	50	0	0	9.045
Outras Receitas	4.295	236	157	892	5.890	227	11.697
Total das Receitas:	92.891	88.932	97.648	89.692	94.453	88.790	552.406
DESPESAS							
Despesas de pessoal	10.212	10.565	10.670	12.249	14.772	14.458	72.926
Despesas AMB/ANAMAGES/AMAJME	17.240	17.240	17.295	17.340	17.340	17.370	103.825
Despesas com administração	49.418	21.433	21.206	22.891	27.471	52.976	195.395
Despesas de manutenção	7.654	6.171	8.669	2.817	5.657	2.440	33.408
Despesas financeiras	439	251	289	370	232	351	1.932
Total das Despesas:	84.963	55.660	58.129	55.667	65.472	87.595	407.486
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	7.928	33.272	39.519	34.025	28.981	1.195	144.920
Variação do superávit retido no balanço patrimonial							144.920

Menos variação em contas a receber	45.160
Entradas de caixa	597.566
Menos variação em contas a pagar	238.057
Saídas de caixa	238.057
<i>Outras saídas de caixa decorrentes das operações:</i>	
Despesas de pessoal	-72.926
Despesas AMB/ANAMAGES/AMAJME	-103.825
Despesas com administração	-195.395
Despesas financeiras	-1.932
Despesas com manutenção	-33.408
Total de saídas de caixa decorrentes das operações	-407.486
<i>Saídas de caixa referentes a pagamentos de impostos:</i>	
Menos variação em impostos acumulados	-1.529
Entradas: Ajuste pertinente ao exercício social anterior	763
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES	427.371
FLUXOS DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de ativos fixos	-302.169
Variação de outros ativos circulantes	-53
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO EM INVESTIMENTOS	-302.222
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO DE CAIXA	125.149

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas e os princípios contábeis geralmente aceitos.

2 - Esta Diretoria resolveu publicar as demonstrações contábeis pertinentes aos exercícios encerrados em 31/12/2005, 31/12/2006 e 31/12/2007 para fins comparativos, transparência administrativa e para uma melhor avaliação dos senhores no que diz respeito a nossa administração.

3 - Sumário das práticas contábeis São as seguintes:

a) A receitas e despesas foram contabilizadas considerando o regime de competência; b) As aplicações financeiras estão avaliadas pelo custo de aplicação acrescidas dos rendimentos pro rata no período; c) As aquisições de imobilizados foram avaliadas pelos custos de aquisição.

4 - Avaliação de resultado: exercícios de 2005, 2006 e 2007 No exercício de 2005 encerramos com um superávit de 10,9% da receita; já no exercício de 2006 fechamos com superávit de 39,95% da receita e, para 2007 com um superávit de 35,28%.

5 - No primeiro exercício, ano de 2005, essa diretoria teve o trabalho de ajustar as contas da instituição, onde, com a colaboração de todos conseguimos aumentar a nossa receita, haja vista que os custos de manutenção são elevados.

6 - Essa diretoria assumiu a direção da instituição em 08/2004 e, observamos que a contabilidade era apresentada de forma fragmentada, com o objetivo de apenas demonstrar o relatório financeiro e econômico, desvinculada de uma visão sistemática, razão que nos impossibilitou de demonstrarmos o balanço patrimonial do exercício de 2004, para fins comparativos, assim, tivemos o cuidado de preparar uma escrituração contábil, que possibilitasse o registro dos fatos e atos administrativos de uma forma sistêmica, evidenciando as variações patrimoniais da instituição ao longo do tempo.

7 - Nesse período de 2005 a 2007 foram investidos o equivalente a R\$ 715.013,00 em benfeitoria, como: aquisição da sede administrativa; aquisição de um veículo para a diretoria; reforma e construção da sede social; e móveis e utensílios.

8 - Os valores dos investimentos divulgados no item 6, representaram o equivalente a 84% dos superávits acumulados nesse período, conforme demonstração das origens e aplicações dos recursos.

9 - O quadro 1, apresenta discriminadamente as despesas administrativas, realizadas nos exercícios de 2005, 2006 e 2007, por natureza, para fins comparativos.

10 - O gráfico 1, demonstra o resultado comparativo entre as receita e despesas de cada exercício.

11 - O gráfico 2, demonstra um comparativo do fluxo de caixa e os investimentos de cada exercício.

12 - O gráfico 3, demonstra os valores dos investimentos de cada exercício por natureza da conta.

13 - O valor na conta de adiantamento para aquisição de bens/serviços corresponde a pagamentos antecipados referente à construção da sede social, sendo quitados no exercício de 2008.

Responsável técnico: Hélio Roberto dos Santos Viégas - CTCRC/PB003042-O2









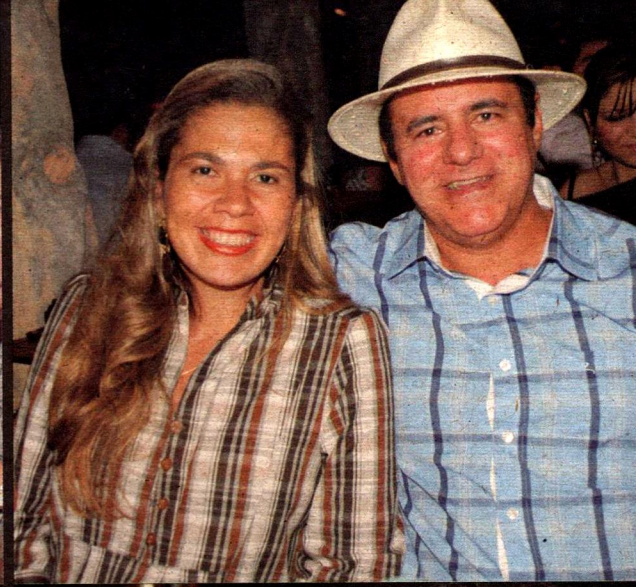












EXPEDIENTE

Coordenação Geral:

Assessoria de Comunicação da AMPB

Jornalista Responsável: Jaqueline Medeiros dos Santos DRT-PB 1258

Matérias:

Jaqueline Medeiros dos Santos DRT-PB 1258

Romye Schneider DRT-PB 0900

Fotos:

Arquivos AMPB e Ednaldo Araújo

Projeto Gráfico:

Três Comunicação

Coordenação:

Thiago Anderson

Diagramação:

Igor Tadeu / Pablo França

Associação dos Magistrados da Paraíba - AMPB

contato: imprensa@ampb.org.br

Site: www.ampb.org.br

Sede administrativa:

Av. João Machado, nº 553, Centro. Empresarial Plaza Center, 3º andar, sala 307, João Pessoa PB. CEP: 58.013-520. Fone: (83) 3513-2000/Fax: (83) 3513-2001

Sede de lazer:

Av. José Américo de A. Filho, nº 558, Praia de Areia Dourada, Cabedelo PB. CEP: 58.310-000.

Quadro de colaboradores:

Irenilda Padilha dos Santos
Isabel Cristina Fernandes Viana
Jaqueline Medeiros dos Santos
José Edmilson V. Ferreira
José Juarez Vieira
Luiz de Deus Alves Sobrinho
Milton Viana Ferreira
Natanael da C. Vale Silva
Paulo Sérgio C. de Macedo
Suelen Dantas dos Santos
Valmir Barbosa de Araújo

Referência: julho de 2008.



www.ampb.org.br